



Ocupações no centro de São Paulo: desejos de fixação no território

Autores:

Barbara Frutuoso - FAU MACKENZIE - bfrutuoso@live.com

Volia Regina Costa Kato - FAU Mackenzie - vrkato@uol.com.br

Resumo:

O artigo objetiva trazer alguns resultados de uma pesquisa em andamento, enfatizando sobretudo a importância metodológica de um olhar qualitativo, a partir de dentro e de perto, nas ocupações no centro de São Paulo. A partir de 1960 o centro de São Paulo foi abandonado pela classe dominante e se popularizou, devido a concentração de atividades de baixa remuneração e fácil acesso de transporte público. A partir de 1990, com grande parte de seu patrimônio edificado vazio, os movimentos sociais por moradia usam esses prédios como instrumento de luta as ocupações. Considera-se que as diversas dimensões da vida cotidiana da população que vive nas ocupações implicam na construção de um território de fixação e resistência e, portanto, despontam como outra face de luta pela moradia. A construção de redes de relações sociais entre as ocupações e o uso dos equipamentos relacionados às necessidades da vida produzem laços de identificação com o local, afetos e desejos de permanência.

OCUPAÇÕES NO CENTRO DE SÃO PAULO:

Desejos de fixação no território

INTRODUÇÃO

O centro de São Paulo pode ser analisado a partir de três escalas, a primeira é delimitada pelo centro histórico - distritos da Sé e República -, a segunda se refere ao anel central - os dez distritos centrais - e o terceiro é chamado de centro expandido (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004). O centro expandido foi sendo consolidado a partir 1960, através do deslocamento da classe dominante e do mercado imobiliário em direção ao quadrante sudoeste da cidade através da expansão urbana, que teve como resultado a perda de moradores do centro “antigo” e na difusão de um imaginário social de um centro degradado (VILLAÇA, 1993). Esse processo foi intensificado nas décadas seguintes (1980 e 1990), devido a manifestação de novos polos de centralidade e valorização imobiliária nas regiões da Paulista e o eixo formado pelas avenidas Faria Lima, Berrini e Marginal Pinheiros (BLOCH, 2007).

Dada essas transformações urbanas que são produtos de um desenvolvimento apoiado no rodoviarismo, o centro histórico de São Paulo, que no passado foi lugar da elite paulistana, hoje tem grande parte do seu patrimônio edificado vazio e degradado. Porém, não é adequado dizer que o centro se encontra abandonado, o que ocorreu foi sua popularização.

“Por sua vez o centro histórico perdeu peso econômico relativo, atratividade para os usos de maior prestígio e dinamismo imobiliário. Enquanto a demanda por escritórios por parte dos setores terciários mais dinâmicos passou a adotar como referência edifícios com avançada infraestrutura de telecomunicação, andares livres e grande número de vagas para automóveis, demanda que vem sendo atendida por empreendimentos concentrados nas frentes de valorização imobiliária no vetor sudoeste, ocorreu uma acentuada desvalorização dos prédios antigos e sem estacionamento do centro histórico.

Na última década o abandono da região pelos usuários de maior renda tem favorecido sua ocupação por comércio e serviços dirigidos a uma população de menor poder aquisitivo, configurando um novo perfil e outro dinamismo para o centro histórico.

Mas essa popularização da área central, associada à nova dinamização econômica em alguns pontos, não pode ser reduzida a um fenômeno de ocupação espontânea dos espaços relegados pelos setores dominantes: também deriva, essencialmente, de políticas e intervenções públicas, historicamente direcionadas no sentido de favorecer o acesso à região por meio das redes e dos sistemas de transporte coletivo.” (NAKANO; CAMPOS; ROLNIK, 2004, p.134)

Deste modo, o contexto atual é resultado de uma popularização do centro de São Paulo devido ao sistema de transporte coletivo, com inúmeros terminais de ônibus e estações de metrô que fazem o deslocamento entre as zonas norte e leste da cidade, e a grande concentração de empregos, formais e informais, de baixa remuneração e de pouco nível técnico, é o caso das empresas de telecomunicações presentes. Fatos que resultam na grande circulação de pessoas que ocorre diariamente e para o aumento da população de baixa renda na região. (PEREIRA, 2012)

Dado a vulnerabilidade social e “degradação” do centro histórico, o poder público toma iniciativas objetivando a revalorização da área, como a Operação Urbana de 1997, que tinha como premissa a valorização imobiliária, a exploração turística da região e a gentrificação dos espaços. Outro indicador foi o surgimento, em 1991, da Associação Viva o Centro, que é uma entidade civil criada pelo Banco de Boston (hoje faz parte do grupo Itaú), com o apoio de financeiro de instituições como a Bolsa de Valores e de Mercadorias, lojas comerciais e grandes escritórios, além de arquitetos e urbanistas (BLOCH, 2007).

No mesmo período das ações de revalorização, anos 1990, os movimentos sociais por moradia surgem no contexto, com reivindicações pelo direito à cidade e moradia digna e realizando as primeiras ocupações de edifícios ociosos no centro. O início dessas práticas ocorre no ano de 1997, com uma série de ocupações ocorridas, onde se destacam as do conjunto de casas de propriedade da Universidade de São Paulo (USP), nos Campos Elíseos, organizadas pela ULC (União das Lutas dos Cortiços) (PEREIRA, 2012).

Desde então, os movimentos sociais por moradia têm se mostrado atores importantes da disputa pelo território do centro de São Paulo. A autora Roberta Neuhold (2009) contabilizou, por meio do levantamento de notícias em jornais de grande circulação, um total de 72 ocupações em 63 edifícios vazios no período de 1997 a 2007. Fato que evidencia o papel das ocupações organizadas realizadas pelos movimentos sociais por moradia como um instrumento de luta crucial para se fazer presente nas pautas públicas. Também vale destacar que o fenômeno das ocupações denuncia a quantidade de edificações vazias existentes, portanto não cumprindo sua função social, evidencia a falha das políticas habitacionais e, ao mesmo tempo coloca em pauta a disputa pelo território e novas formas de ação política por direitos sociais.

Para além dos ativismos inerentes aos movimentos sociais constituídos, o morar nas ocupações pressupõe a criação de arranjos de organização coletiva no âmbito dos edifícios envolvendo um contingente significativo de pessoas em composições familiares diversas com protagonismo feminino, indivíduos sozinhos, pessoas idosas, deficientes e muitas crianças e,

ainda, o uso ampliado do território articulado às necessidades básicas de sobrevivência. Considera-se que as diversas dimensões da vida cotidiana da população implicam na construção de um território de fixação e resistência e, portanto, despontam como outra face de luta pela moradia. A construção de redes de relações sociais entre as ocupações, o uso dos equipamentos relacionados às necessidades de educação, saúde, lazer e as atividades de trabalho produzem laços de identificação com o local, afetos e desejos de permanência. Tendo este posicionamento como suporte de análise, o artigo objetiva trazer dados e resultados analíticos de uma pesquisa em andamento¹, enfatizando sobretudo a importância metodológica de um olhar qualitativo, a partir de dentro e de perto, nas ocupações no centro de São Paulo.

OCUPAÇÕES NO CENTRO: CENÁRIOS EM MOVIMENTO

Texto No final da década de 1970 já se encontram registros sobre mobilizações de moradores de cortiços, que começavam a questionar as altas taxas de água, luz e impostos e solicitavam o fim dos intermediários por uma postura abusiva em relação aos locatários, e melhores condições de habitabilidade. Embora neste período essas movimentações reivindicatórias serem muito dispersas, algumas dessas ações passaram por uma articulação, em sua maioria através de trabalhos de base de pastorais, assessorias técnicas e entidades populares como a Associação dos Trabalhadores da Região Mooca, a Associação em Defesa da Moradia e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos (NEUHOLD, 2009).

Em relação a articulação de movimentos sociais por moradia, já se observa no ano de 1982 a existência do Movimento Unificado de Favelas e de Cortiços (MUFC) que pautava a questão do direito de morar no centro de São Paulo como questão importante. Porém, é a partir da segunda metade dos anos 90 que essa luta adquire maior força, como assinala BLOCH, (2007, p.83):

“A partir da organização de moradores de cortiços e de pessoas que lutavam por moradia digna no centro de São Paulo começaram a ser oficializados movimentos de moradia. O primeiro a se formar foi a União para a Luta de Cortiços (ULC), juridicamente fundada em 1991. A partir dos depoimentos das lideranças dos movimentos de moradia que atuam na região central, pode-se considerar a ULC como a matriz de todos os grupos que surgiram posteriormente, pois em seu núcleo encontravam-se diversas lideranças que hoje atuam em outros movimentos sociais do centro.”

Mais especificamente, em 1997 ocorreu a primeira ocupação no centro de São Paulo organizada pela ULC (União para a Luta de Cortiços), onde 1500 famílias ocuparam por 51 dias um casarão da Rua do Carmo, que se localiza na região de Campos Elíseos e era de propriedade da USP (Universidade de São Paulo) (BLOCH, Id.).

¹ Pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Ocupações no centro de São Paulo: práticas urbanas de fixação no território” realizada com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Como as ocupações no seu início tinham a intenção de serem moradias, mas logo se percebeu que a habitação improvisada nestes locais oferecia muitos problemas relacionados à salubridade e segurança, não correspondendo com o objetivo de acesso à “moradia digna” pela qual lutavam. Assim, entre 1999 e 2000 alguns movimentos decidiram repensar essa estratégia, optando por realizar ocupações de curto período, somente para dar visibilidade a questão da falta de moradia e pressionar o poder público.

Ao longo dos anos 1997, 1998 e 1999 houve uma série de ocupações em todas as regiões de São Paulo, e isto é resultado de ações coordenadas pela UMM e seus grupos de base (movimentos agregados). Essas ações tiveram grande impacto na mídia oficial e ajudaram no fechamento de acordos com o poder público e, deste modo, as ocupações trouxeram resultados para a luta pelo atendimento habitacional (NEUHOLD, 2009).

“Essa mudança na carácter das ocupações foi um dos principais aspectos que geraram novos “rachas” no interior dos movimentos de moradia. Assim, surgiram duas dissidências que ainda hoje são favoráveis a ocupar imóveis para utilizá-los como moradia, ao mesmo tempo em que lutam por políticas habitacionais: o Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento de Moradia da Região Centro (MMRC).” (BLOCH, 2007, p. 84)

Um dos principais motivos para as divisões entre os movimentos, ainda segundo Bloch (Id.), decorre das divergências em relação a finalidade de se realizar uma ocupação em um terreno ou imóvel que não está cumprindo sua função social. Os movimentos associados a União dos Movimentos de Moradia (UMM) são os que acreditam e praticam as ocupações apenas como forma de denúncia e os movimentos associados à Frente de Luta por Moradia (FLM) são as que utilizam as ocupações também como moradia, além de usar como forma de pressionar o poder público.

“A questão da ocupação com possibilidade de permanência mobiliza um perfil de população que tem alto grau de flexibilização em suas relações de trabalho e extrema provisoriedade em seus locais de moradia. O que tornou as ocupações de prédios vazios para morar, mesmo cientes da transitoriedade frente a uma reintegração, por exemplo, algo absolutamente plausível.” (PEREIRA, 2012, p. 118)

Dado o panorama de contextualização dos movimentos sociais por moradia no cenário de disputa que é o centro de São Paulo, cabe definir os movimentos sociais em geral como agentes ativistas importantes no campo de discussão da cidade. Apesar dos movimentos sociais que pautam a questão da moradia digna serem protagonistas, existem inúmeros que se articulam em prol de outras questões, como o meio ambiente, mobilidade, saúde etc. Esses movimentos sociais agregam pessoas em benefício de uma luta comum, que se organizam em ações políticas.

“Os movimentos de ação-direta constituem, então, um campo ético-político no qual se compartilha nas relações interpessoais atributos culturais, como

signos de linguagem, códigos de identificação, crenças religiosas etc. Em outras palavras: partindo da negação da lógica institucional, o campo ético-político dos movimentos de ação-direta funda-se numa sociabilidade comum na qual os critérios da vida privada são utilizados para tratar das “coisas políticas”, como uma espécie de “privatização dos recursos de poder”. Eis aí a fundamentação da ambígua relação que os “movimentos populares” estabelecem com o Estado, ou com o institucional.” (BLOCH, 2007, p.25)

Os movimentos sociais por moradia têm sua principal estratégia de luta as ocupações de terrenos ou imóveis vazios, seja para ser uma moradia tanto como apenas ato de pressão ao poder público. É a maneira pela qual a luta por moradia digna e pelo direito à cidade ganha visibilidade perante da disputa de território que ocorre nos centros urbanos. Atualmente, segundo a autora Olivia Pereira (2012) são cerca de 12 movimentos sociais por moradia atuantes no centro e que são congregados por dois de maior influência: a Frente de Luta por Moradia (FLM) e a União de Movimentos por Moradia (UMM).

“Ora, o que fizeram os movimentos de moradia e sem-teto senão questionar a prerrogativa de que os pobres não poderiam habitar o centro da cidade? O que fizeram senão disputar publicamente a legitimidade de morar no centro e, em um contexto mais amplo, a exigir a possibilidade de participação na discussão sobre projetos de intervenção naquela região? E logo eles: moradores dos cortiços ou das ruas da área central, trabalhadores informais ou desempregados, pessoas com baixa escolaridade e qualificação, destituídos do direito de opinar sobre a cidade.” (NEUHOLD, 2009, p. 18)

O incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida que ocorreu na madrugada de 1º de maio de 2018, teve com um de seus desencadeamentos a criminalização das lideranças de ocupações, gerando uma grande articulação por parte dos movimentos sociais por moradia e outras entidades com o objetivo estruturar uma defesa, por meio de manifestações e cartas, contra as acusações que estavam sendo proferidas, evidenciando uma rede de solidariedade.

A tragédia também colocou em pauta o problema social presente precariedade da vida dos moradores, a contrariedade de um centro desocupado perante a necessidade de unidade habitacionais e a inadequação das relações entre movimentos sociais e poder público, que são fatores ainda não discutidos efetivamente, mas que se encontram em movimento.

O RECORTE DE ANÁLISE

Para dar início a pesquisa, houve um processo de delimitação do recorte territorial a ser investigado, que utilizou como base o mapa colaborativo de remoções do Observatório

das Remoções – SP (LabCidade - FAUUSP)² para demarcação de um perímetro inicial, assim, foi estabelecida uma área inserida na região central de São Paulo que concentra ocupações por movimentos sociais por moradia em um raio que fosse possível realizar visitas e levantamentos no decorrer da pesquisa. O perímetro da área foi definido pelas seguintes ruas/avenidas: Av. Ipiranga, Av. Rio Branco, R. Capitão Salomão, R. Formosa, Viaduto do Chá, R. Cel. Xavier de Toledo, R. da Consolação e Av. São Luís (figura 1).

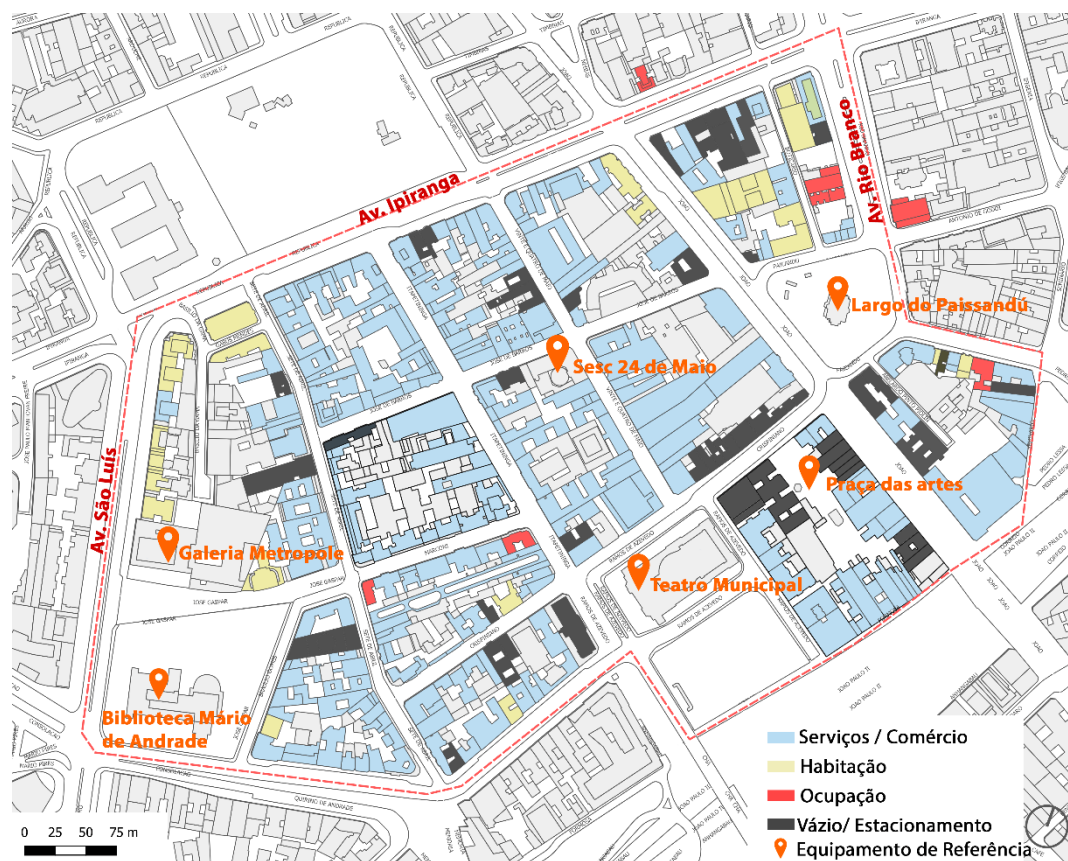


Figura 1: Delimitação territorial inicial, com base no Mapa Digital da Cidade-2004. Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

Através da aproximação do território e levantamentos realizados, o recorte territorial se transformou em relação ao proposto inicialmente, visto que o recorte anterior não contemplava duas ocupações que estavam próximas do perímetro (Av. Ipiranga, 879 e Av. Giovanni Gronchi, 4509). Outro fator que contribuiu para alteração do recorte territorial foi a compreensão de que os limites rígidos demarcados por linhas sobre ruas não condizem com as relações estabelecidas entre população e território, já que estas relações se dão de maneira ampliada sob a região central e todo território da cidade de São Paulo, como se pode-se avaliar com o decorrer da pesquisa. Assim, se optou por trabalhar com uma área de influência delimitada por um círculo que abrange as ocupações mais próximas, a fim de limitar os percursos e o levantamentos de dados (figura 2). O recorte territorial proposto abrange 6

² Mapeamento participativo denunciando as remoções e as ameaças, disponibilizado em: <https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/mapa-denuncias/>

ocupações e como parte da metodologia de pesquisa se reuniu informações sobre elas, a fim registrar o fenômeno.

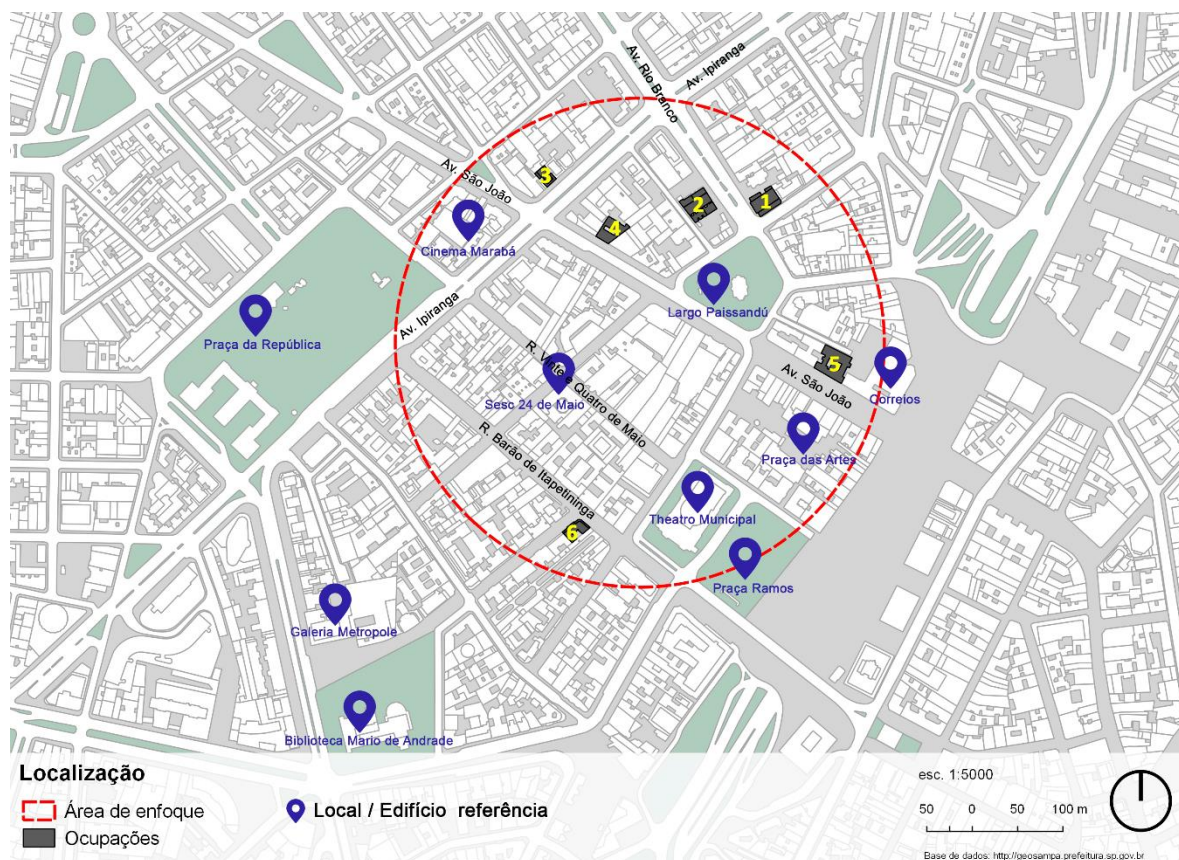


Figura 2: Recorte territorial definido a partir do desenvolvimento da pesquisa. Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Começando pela ocupação que foi protagonista da tragédia ocorrida em maio de 2018, o edifício Wilton Paes de Almeida (número 1 - figura 2), conhecido entre os membros e colaboradores dos movimentos sociais por moradia como “torre de vidro”, que abrigava cerca de 171 famílias nos 10 primeiros pavimentos (SALDAÑA, 2018). O antigo Edifício Wilton Paes de Almeida, projeto do arquiteto Roger Zmekhol, foi inaugurado em 1968 para ser sede da empresa Cia. Comercial Vidros do Brasil (CVB) e em seu programa havia salas para outras empresas. De 1980 a 2003 foi lugar da sede da Polícia Federal e também do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e foi tombado no ano de 1992 pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental de São Paulo (Conpresp). No ano de 2002 o edifício passou a ser propriedade do Governo Federal e em 2003 foi completamente desativado. O prédio foi ocupado em 2015 e o movimento que coordenava essa ocupação era o Movimento Social de Luta por Moradia (MLSM).

Em 2017 a Prefeitura de São Paulo assinou um termo de autorização de guarda provisória do imóvel, o espaço seria usado pelas Secretarias Municipais de Educação e de Cultura e se almejava uma reintegração de posse amigável, onde algumas famílias já haviam sido cadastradas pela Secretaria de Habitação da Prefeitura de São Paulo (MURARO, 2018). Após o incêndio que resultou no desabamento do edifício, algumas das famílias vítimas da

tragédia, com destino incerto e sem garantias de atendimento habitacional definitivo, acamparam no Largo Paissandu até aproximadamente julho de 2018.

Uma das ocupações afetadas com a queda da “torre de vidro” foi a localizada na Av. Rio Branco (número 2 - figura 2). Na verdade, são duas ocupações, uma localizada no número 47 e outra no 53, apesar de serem entendidas como uma única ocupação no processo de pesquisa devido às relações estabelecidas entre elas resultante da proximidade física, amizade e cooperação entre moradores. A liderança de uma das ocupações conta que quando os edifícios foram ocupados, em outubro de 2011, de fato era uma única ocupação coordenada pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) e após um ano de ocupação o movimento optou por um desmembramento, assim, a ocupação da Av. Rio Branco 53 passou a ser coordenada pelo Movimento de Moradia Região Centro (MMRC). Atualmente, as duas ocupações abrigam cerca de 160 famílias.

No número 53 da Av. Rio Branco já funcionou um cinema, o Cine Arizona, que funcionou de 1963 a 1977 e a partir de 1977 se tornou Cine América, exibindo filmes pornográficos até o ano de 2010. No prédio ao lado, que também faz parte da ocupação, funcionava um hotel ligado a prostituição, também abandonado no ano de 2010 (ANTIGO cinema vira ocupação no centro de São Paulo, 2015). Ao longo dos anos, a ocupação passou por alterações, como a autoconstrução de anexos e adaptações.

Os edifícios ocupados e terrenos vazios adjacentes pertencem a Secretária da Cultura do município de São Paulo e, segundo a liderança da ocupação, existe uma negociação em andamento para que se transfira a posse desses imóveis e terrenos para a Secretária de Habitação, com o objetivo de construção de unidades de Habitação de Interesse Social (HIS), já que se trata de uma área de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

Após o desabamento da “torre de vidro”, esta ocupação tem sofrido constantemente com a falta de energia, que é cortada por agentes da Eletropaulo ou por policiais, o que afeta suas atividades cotidianas e causa inúmeros transtornos.

A terceira ocupação estudada está localizada na Av. Ipiranga 879 (número 3 - figura 2), também coordenada pelo MMRC (Movimento de Moradia Região Centro). Inicialmente destinado a salas comerciais, o edifício está ocupado desde 2012 e abriga 130 famílias. É uma propriedade particular e está com um processo de reintegração de posse aberto a pedido do proprietário, porém sem outras informações. Não foi possível obter informações sobre desde quando o imóvel se encontra vazio e nem o ano exato de sua construção.

A ocupação de número 4 apontada no mapa (figura 2), número 588 da Av. São João, uma das avenidas mais famosas de São Paulo, é coordenada pelo Movimento Sem Terra pela Reforma Urbana (MSTRU) e moram cerca de 80 famílias desde 2010, quando o prédio foi ocupado. Segundo a página da própria ocupação, o prédio que funcionava como Hotel Columbia Pallace e se encontrava abandonado há 27 anos quando foi ocupado, já foi adquirido pela Prefeitura de São Paulo e os moradores esperam a emissão da posse para que se inicie a reforma do edifício, que tem projeto apresentado pelo movimento e assessorias técnicas aprovado e selecionado para participação do Minha Casa Minha Vida Entidades (Ocupação São João - MSTRU, 2018). A ocupação funciona também como um centro cultural, reconhecido

pela Secretaria da Cultura, promovendo alguns eventos e saraus chamados de “Café imaginário”.

Ainda na Av. São João existe mais uma ocupação (número 5 - figura 2), no número 288, também coordenada pelo MSTRU (Movimento Sem Terra pela Reforma Urbana). O edifício que hoje está ocupado é o antigo Hotel Central, inaugurado na década de 1920, foi o primeiro da cidade a ter quatro pavimentos e o projeto foi desenvolvido pelo Escritório Ramos de Azevedo. O Hotel deixou de funcionar no final da década de 90, depois de alguns anos houve tentativa por parte do proprietário de instalar novos usos, destinados a fins culturais, porém sem sucesso (NASCIMENTO, 2015). Desde 2012 o antigo hotel está ocupado por 75 famílias.

Este prédio, segundo integrantes da FLM (Frente de Luta por Moradia), já foi uma moradia temporária gerenciada pelo movimento e subsidiada pelo bolsa aluguel da prefeitura, valor que era encaminhado a proprietária do edifício pelo movimento. Atualmente, a proprietária do edifício está com os bens bloqueados devido a um processo de divórcio, por isso não consegue concretizar a venda para a prefeitura. Assim, o movimento se organizou e paga um “aluguel” pelo prédio a proprietária, mesmo os moradores não recebendo bolsa aluguel para este fim. A proposta da prefeitura para o edifício é de locação social, porém os moradores gostariam que o prédio fosse um projeto Minha Casa Minha Vida- Entidades.

A última ocupação que se levantou dados (número 6 - figura 2) foi a localizada na Rua Marconi, nº 138, que é coordenada pelo Movimento Moradia Para Todos (MMPT). O edifício, está ocupada desde 2012 com 170 famílias. Apesar de não ter tido muito contato com esse movimento e ocupação, se mostra muito bem articulada, com atividades coletivas dentro da ocupação e também no uso dos espaços de maneira comum, dentro da ocupação funciona uma creche, por exemplo. Não há informações sobre processos de reintegração de posse no momento, mas a ocupação já sofreu com esse tipo de ameaça três vezes.

Cabe destacar que todos esses movimentos citados, exceto o MLSM (Movimento Social de Luta por Moradia), fazem parte de um movimento social de moradia de maior amplitude, que abrange todos os envolvidos, que é a FLM (Frente de Luta por Moradia).

A maior parte das informações aqui descritas foram obtidas através de conversas com as lideranças e moradores das ocupações. Os membros dos movimentos sociais detêm de muitos dados sobre as ocupações e sobre os processos que elas passaram ou estão passando, porém não possuem essas informações de maneira sistematizada, o que revela a importância da atuação dos pesquisadores em conjunto com os movimentos sociais de moradia.

O COTIDIANO COMO PRODUÇÃO DE TERRITÓRIO

As redefinições do perímetro urbano da pesquisa e a caracterização das ocupações aí incidentes, tal como apresentados, já sinalizam a existência de um olhar metodológico de investigação que privilegia a aproximação empírica em busca de “como” as coisas acontecem. É ao mesmo tempo, um olhar teoricamente orientado que considera a vida cotidiana como dimensão privilegiada pois é nos ritmos das atividades repetitivas do dia a dia que a sociedade se reproduz, mas também se modifica.

Esta dimensão da vida urbana articula o principal objetivo traçado para a pesquisa em desenvolvimento, ou seja, identificar a partir da porção espacial delimitada, os elementos de fixação no território. Entende-se por elementos de fixação, o uso dos equipamentos sociais por parte da população residente nas ocupações tendo em conta suas necessidades de educação, cultura, lazer e outros; os caminhos percorridos no território e o conjunto das relações interpessoais que perfazem estes movimentos, tanto entre moradores da mesma e de diferentes ocupações, quanto outros indivíduos aí presentes. Inserido nestas dinâmicas situa-se também as atividades de trabalho em suas diferentes modalidades formais e informais e muitas vezes inusitadas como reinvenções do fazer. É importante assinalar que a área central espelha de modo condensado a noção *cidade bazar* ou *bazar metropolitano* utilizada por Vera Telles (2011). A autora usa o termo para designar as tramas da vida cotidiana resultantes das mutações contemporâneas no mundo do trabalho que misturam e dificultam a separação entre atividades formais, informais e ilícitas, aproximando nos espaços urbanos o trabalhar, o morar e o viver em arranjos instáveis e mobilidades laterais.

Deste modo, as situações do cotidiano articulam em condições determinantes, espaços e relações sociais com potência de criar laços de identificação dos indivíduos com o lugar.

“Cidade vivida, cidade sentida, cidade em processo. Trata-se de uma investigação que diz respeito aos cidadãos e à sua experiência de cidade. A cidade já não é considerada “uma coisa” que eu possa ver nem “um objeto” que eu possa apreender como totalidade. Ela transforma-se num todo decomposto, um holograma perceptível, “apreensível” e vivido em situação.” (AGIER, 2011, p. 38)

Os elementos de fixação no território, de maneira consequente, podem também ser entendidos como mecanismos de resistência de uma população que luta pelo direito à cidade e pelo acesso à moradia digna e, em determinados espaços da cidade que, por suas estruturas urbanas e condensação de pessoas permitem viabilizar sua sobrevivência mesmo precária, vulnerável e em permanente instabilidade.

Considerando a vida cotidiana como dimensão de análise, cabe salientar que “as atividades corriqueiras dos indivíduos na cidade, carregam elementos informantes dos traços sociais, psicológicos e culturais e, portanto, das dimensões individuais e coletivas da realidade” (KATO; VIANNA; CRUZ, 2015, p.87). Por outro lado,

“Como espelhos da sociedade em movimento, a vida cotidiana transita em ritmos temporais diversos, cadências que se interpõem não como reflexo mecânico das estruturas sociais. Ao lado das ações repetitivas e rotineiras (relativas a um tempo organizado e coercitivo), existem na vida diária acontecimentos fortuitos e inesperados (relativos a um tempo mais solto e flutuante).” (Id. Ibidem, p 89)

Como assinala Pais (2003), nos espaços e nos tempos da vida cotidiana os indivíduos reinterpretem as determinações sociais, caracterizando assim os contextos nos quais transitam e atuam.

A partir das reflexões de Milton Santos (2012), pode-se também compreender que as dinâmicas cotidianas e as relações interpessoais são formadoras do território. Para o autor, por meio do entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano, talvez seja possível contribuir para o entendimento dessa relação entre espaço, indivíduos e movimentos sociais, visualizando na materialidade, que é componente indispensável para o espaço geográfico e, ao mesmo tempo, “uma condição para a ação, uma estrutura de controle, um limite à ação, um convite à ação” (Id. Ibidem, p. 321), pois nada pode ser feito hoje que não seja a partir dos objetos que estão ao nosso redor.

Ainda segundo o mesmo autor, o espaço é composto por dois tipos de recortes que acontecem simultaneamente: as horizontalidades e as verticalidades. As horizontalidades correspondem a pontos contínuos agregados e as verticalidades são formadas por pontos no espaço, que separados, são responsáveis pelo funcionamento global da sociedade e da economia.

“Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o locus de uma cooperação mais limitada, as verticalidades são, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente.” (SANTOS, 2012, p. 284)

A tendência mundial é uma união vertical entre os lugares, com suporte dos bancos internacionais e economia global, a serviço do grande capital. Como consequência, os vetores da modernização trazidos por essa união trazem desordem ao subespaço em que se instala e a ordem que cria é em benefício próprio. Ao mesmo tempo, as horizontalidades se interpõem como expressão das dinâmicas da vida cotidiana, tal como afirma,

“(…) os lugares também podem refortalecer-se horizontalmente, reconstruindo, a partir das ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. [...]

O fortalecimento das horizontalidades resulta no aumento da produtividade e o aumento da eficácia política, devido às relações estabelecidas através de um cotidiano homólogo, que faz com que os indivíduos entre no debate por reivindicações de caráter coletivo.” (SANTOS, 2012, p. 287 - 288)

Considerando estes olhares, as aproximações empíricas até então desenvolvidas na pesquisa vem buscando acessar as expressões dos indivíduos no território por meio de vários recursos e instrumentos. Entre eles, destacam-se a observação direta de situações através de derivas no território, a localização dos elementos urbanos (equipamentos, espaços públicos,

pontos de acessibilidade as estruturas de transporte, os edifícios ocupados, etc.), e a proximidade qualitativa das histórias de vida de moradores significantes, valorizando a escuta e a observação (BOURDIEU, 2012)³. Sem pretensões estatísticas, a ampliação da escuta em termos de quantidade de pessoas envolvidas se realiza em desdobramentos de personagens à partir de uma única ocupação. Especialmente através deste recurso, espera-se que as tramas de vidas se ampliem e se traduzam no próprio território, o que implicará, como resultado, outros traçados e descobertas implicando talvez novas delimitações espaciais da pesquisa.

A valorização das histórias de vida tem fundamento na importância da dimensão microscópica da vida social e nas teias de relações onde as estruturas de poder se expressam e onde os indivíduos lançam seus apelos, suas indignações e suas resistências. Em Foucault, (ensaio de 1977), seria o debruçar-se sobre histórias minúsculas, de pessoas consideradas desimportantes, traçando um antologia de existências e que: “(...) esses relatos não constituíssem simplesmente historietas patéticas ou estranhas, mas que de uma maneira ou de outra (porque eram queixas, denúncias, ordens ou relações) tivessem feito parte realmente da história minúscula dessas existências (...)”. (FOUCAULT, 2015, pgs.201; 202)

Na pesquisa, o quadro destas histórias minúsculas já se insinua no acompanhamento realizado de algumas reuniões semanais da FLM (Frente de Luta por Moradia), onde representantes de ocupações de todas as regiões de São Paulo expõem a situação de suas moradias. A presença de pessoas de todas as regiões da cidade nessas reuniões e suas falas e relatos demonstram que a rede de solidariedade entre os movimentos sociais por moradia ultrapassa o centro. Os encontros semanais revelam a amplitude da luta desses indivíduos reunidos em coletivo e suas trajetórias no território, muitas vezes de uma ocupação para outra ou da favela e/ou cortiço para as ocupações. As pessoas que compõem essa rede (ou esse coletivo), aparentemente sem importância e até mesmo descartáveis aos olhos da sociedade, exemplificam o potencial dessas relações estabelecidas horizontalmente, formando uma estrutura de luta e resistência.

LEITURAS URBANAS: SITUAÇÕES URBANAS

Uma parte importante da pesquisa que se encontra em desenvolvimento é a leitura do território a partir dos dados georreferenciados pela Prefeitura Municipal de São Paulo e da aproximação empírica realizada na área, tendo como base o recorte delimitado para investigação.

Neste processo de aproximação empírica do recorte território estudado, foram feitas diversas derivas pela área. As derivas, a partir da teoria desenvolvida pelo autor Careri (2013), como forma de percorrer e conhecer um território sem um trajeto pré-determinado e através da percepção no caminhar é possível revelar características sensíveis do lugar. As derivas foram imprescindíveis para compreensão do território.

³ Bourdieu refere-se a escuta ativa e metódica “(...) ela associa a disponibilidade total em relação à pessoa interrogada, a submissão à singularidade de sua história particular, que pode conduzir por uma espécie de mimetismo mais ou menos controlado, a adotar sua linguagem e a entrar em seus pontos de vistas, em seus sentimentos, em seus pensamentos, com a construção metódica, forte, do conhecimento das condições objetivas, comuns a toda uma categoria.”

As idas a campo serviram para o reconhecimento e percepção qualitativa de dados secundários existentes e mapeados. Esta aproximação permitiu agregar outras informações do território e, sobretudo registrar através de fotografias as ocupações que foram identificadas. Este reconhecimento de campo inicial permitiu um reconhecimento das características morfológicas da área e dos edifícios ocupados, permitindo atualizar as situações de ocupação no território inicialmente delimitado.

A região é caracterizada por ser densamente construída, as edificações sempre estão no alinhamento dos lotes e os respiros para ventilação e iluminação são encontrados no interior das quadras. O que também é uma característica do centro são as galerias, que são passagem de uma rua à outra pelo miolo da quadra e geralmente estão associadas ao comércio (figura 3).



Figura 3: Cartografia evidenciando os cheios e vazios da área de estudos. Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Pelo mapa de Uso Predominante do Solo (figura 4) se confirma que a área que está sendo analisada possui uma grande vocação comercial, sendo muitas vezes lojas de caráter mais popular e lanchonetes. Se observa pelo mapa de densidade populacional (figura 5) que as quadras com uso comercial predominante correspondem às áreas menos densas de habitantes por m².

A que se refere aos equipamentos próximos da delimitação territorial (figura 6) se nota que existe um grande número destinados a cultura, os programas variam de centros culturais,

teatros, cinemas, bibliotecas e etc. Os equipamentos de educação, que vai do infantil até escolas técnicas, também se encontram próximos e com fácil acesso. No campo da saúde, os equipamentos de pequeno porte, como as UBSs (Unidade Básica de Saúde), não se encontram na escala analisada, mas hospitais, como a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, estão próximos. Além de outros programas que auxiliam a população, como os postos de assistência social e Poupatempo.

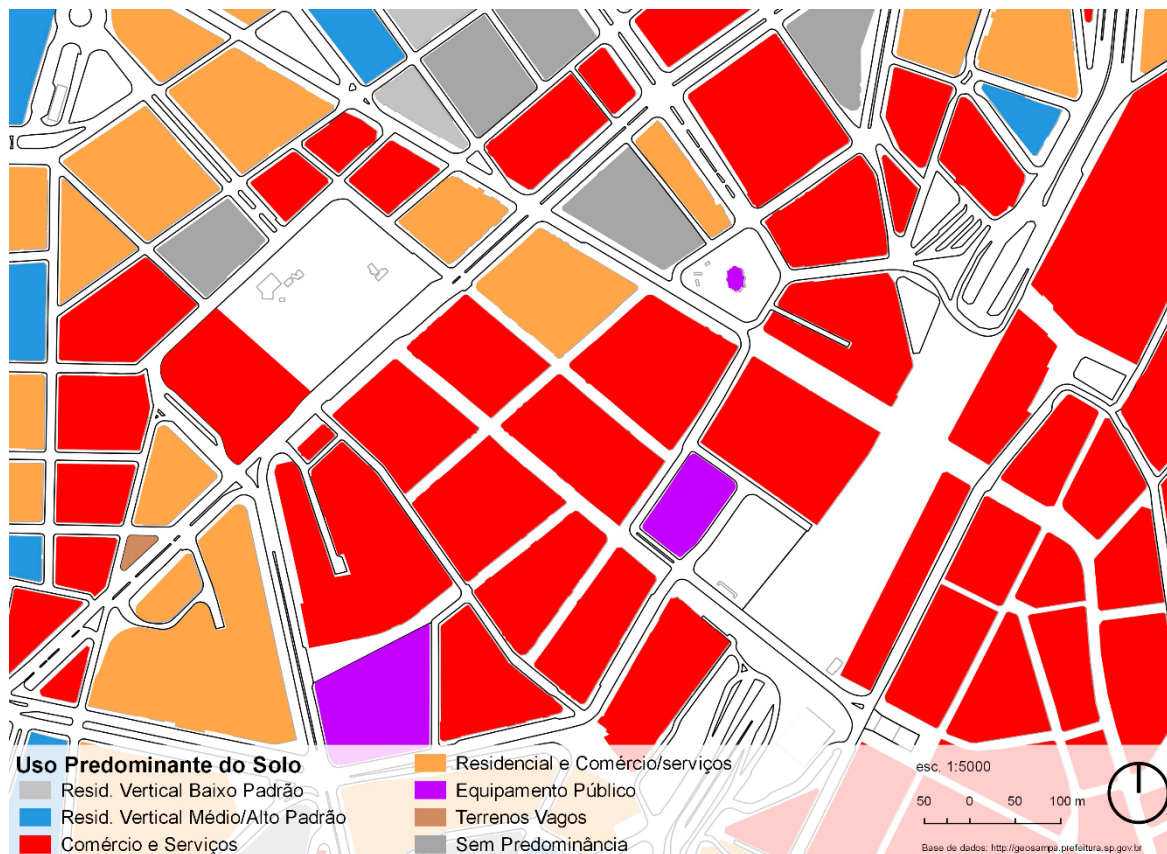


Figura 4: Uso predominante das quadras segundo dados da Prefeitura de São Paulo (geosampa). Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

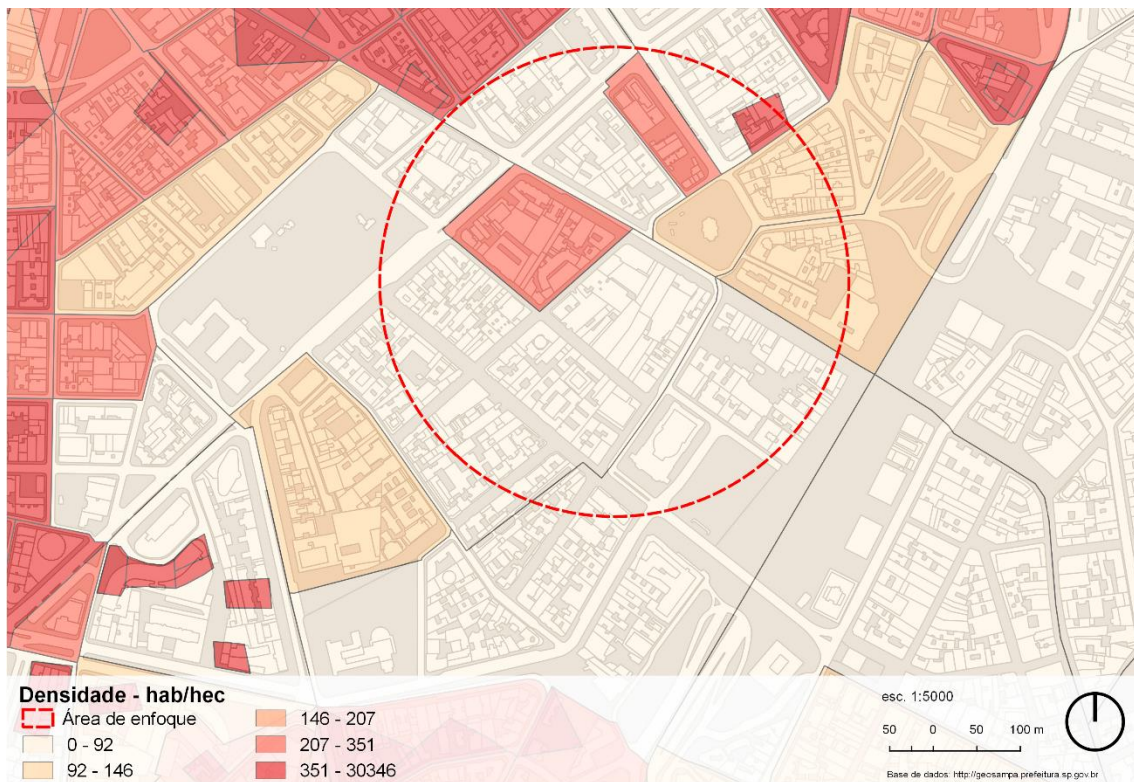


Figura 5: Relação de habitantes por hectare segundo dados da Prefeitura de São Paulo (geosampa). Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

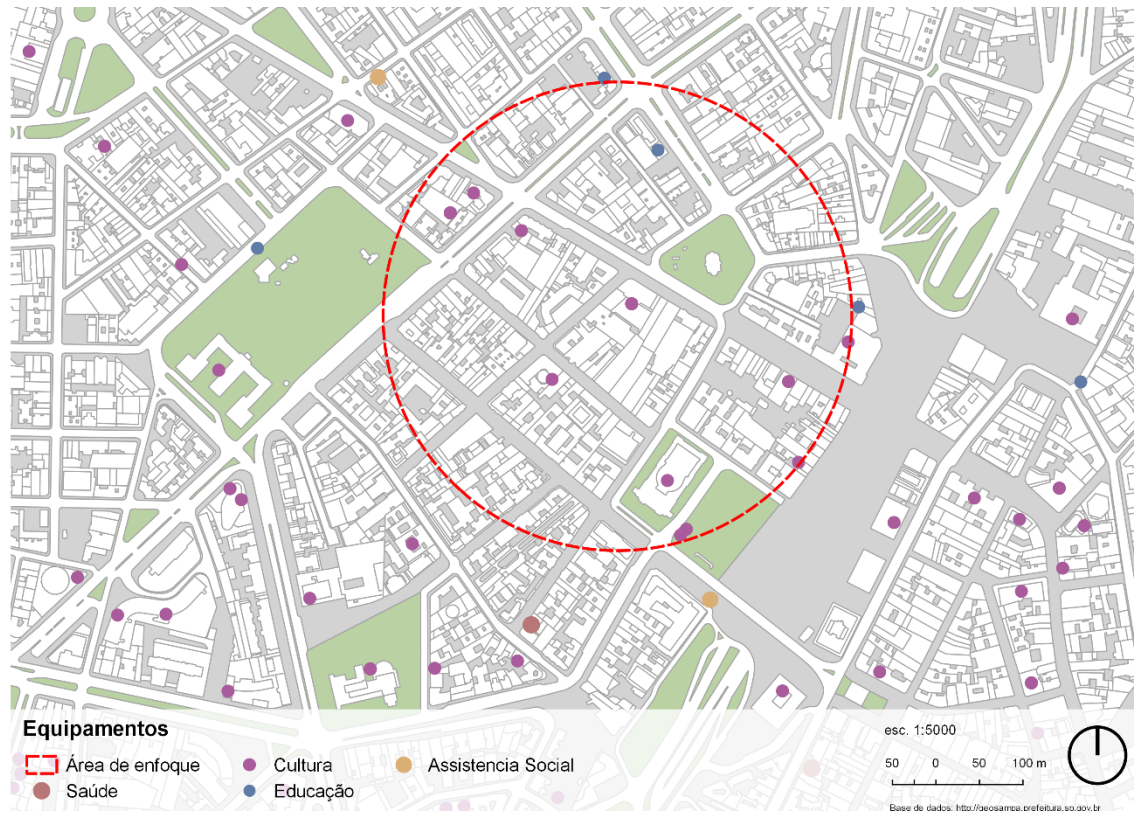


Figura 6: Equipamentos por segmento distribuídos no território de estudo. Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Outra característica do centro de São Paulo é o grande número de edifícios tombados pelo patrimônio histórico (figura 7). A área onde se encontram as ocupações que vem sendo estudadas está inscrita no distrito da República, que junto ao distrito da Sé são conhecidas como o centro histórico de São Paulo, assim, a região inteira do ponto de vista morfológico apresenta valor histórico. Das 6 ocupações estudadas, 4 são consideradas Bens Imóveis Representativos (BIR) pela lei de zoneamento de São Paulo.

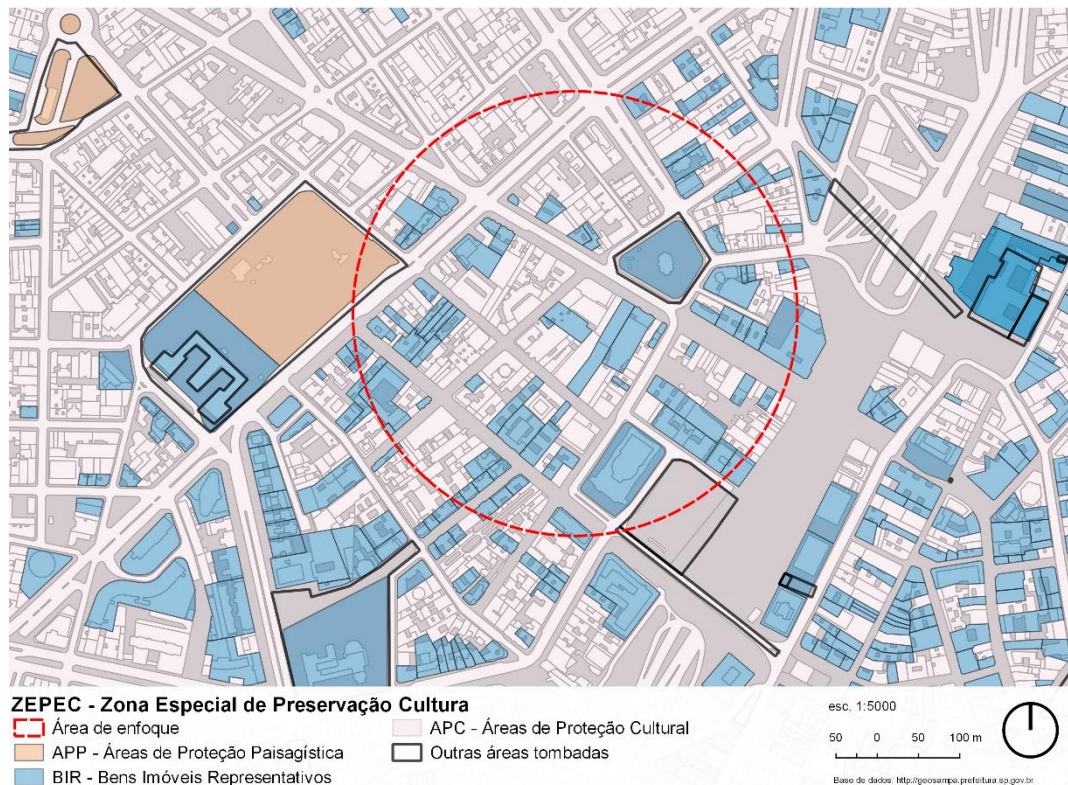


Figura 7: Mapa com dados sobre o patrimônio histórico presente na área de estudos. Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Sobre as áreas delimitadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que estão no perímetro estudado (figura 8), essas são classificadas como ZEIS 3 e ZEIS 5. As ZEIS 3 se referem a imóveis ociosos ou subutilizados em áreas com infraestrutura e as ZEIS 5 a lotes ou conjunto de lotes ociosos ou subutilizados em áreas com infraestrutura. Também podemos olhar para os imóveis notificados (figura 9), que em maioria são identificados como imóveis não utilizados, o que coloca em evidência uma característica da região central. Todas essas informações cruzadas com os vazios e subutilizados levantados através do trabalho de campo na área (figura 10) revelam que muitos edifícios que poderiam ser demarcados pela ZEIS não estão inclusos. Das 6 ocupações estudadas, apenas 1 se encontra em ZEIS.

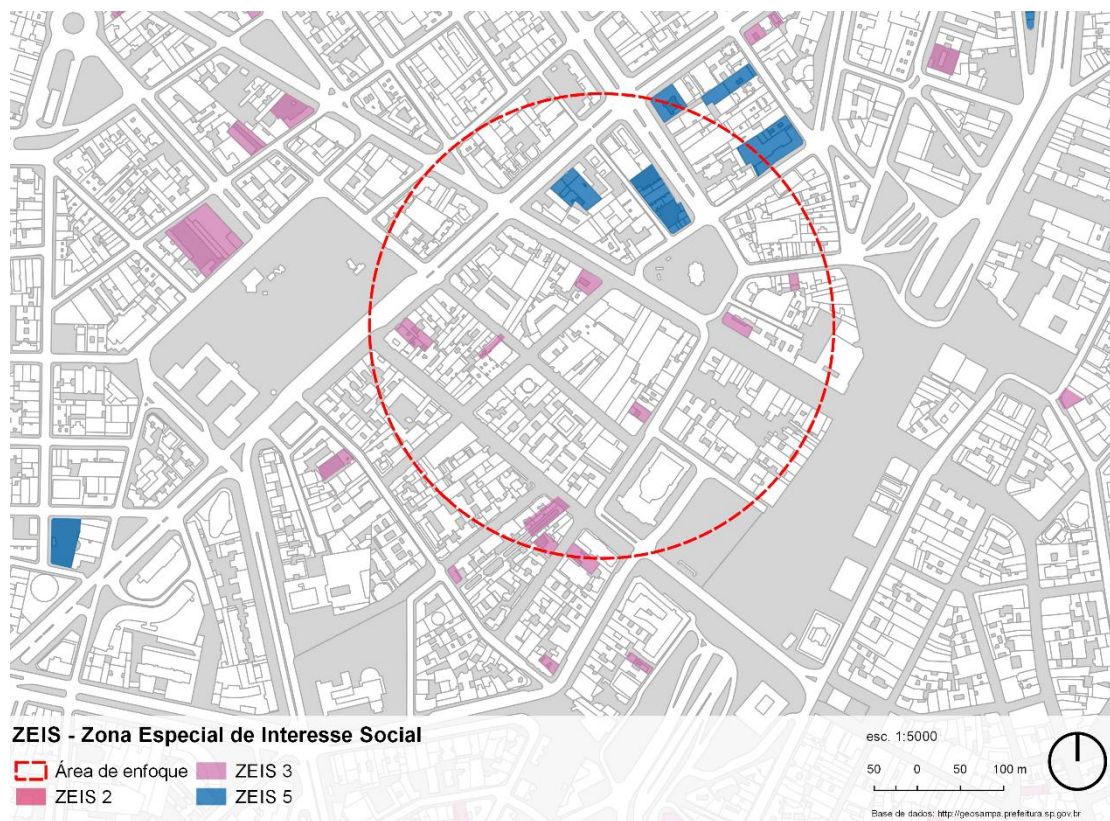


Figura 8: Zonas Especiais de Interesse Social no território estudado. Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

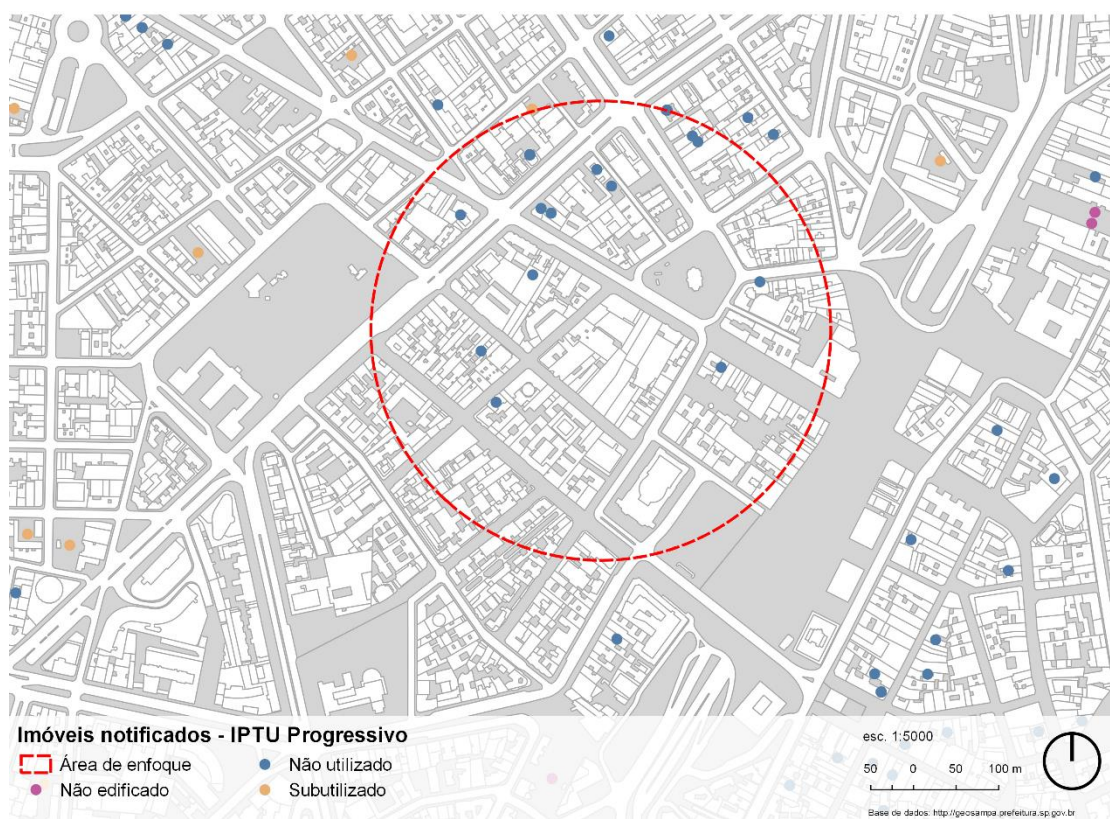


Figura 9: Imóveis notificados com IPTU progressivo segundo dados disponibilizados pela Prefeitura de São Paulo (geosampa). Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

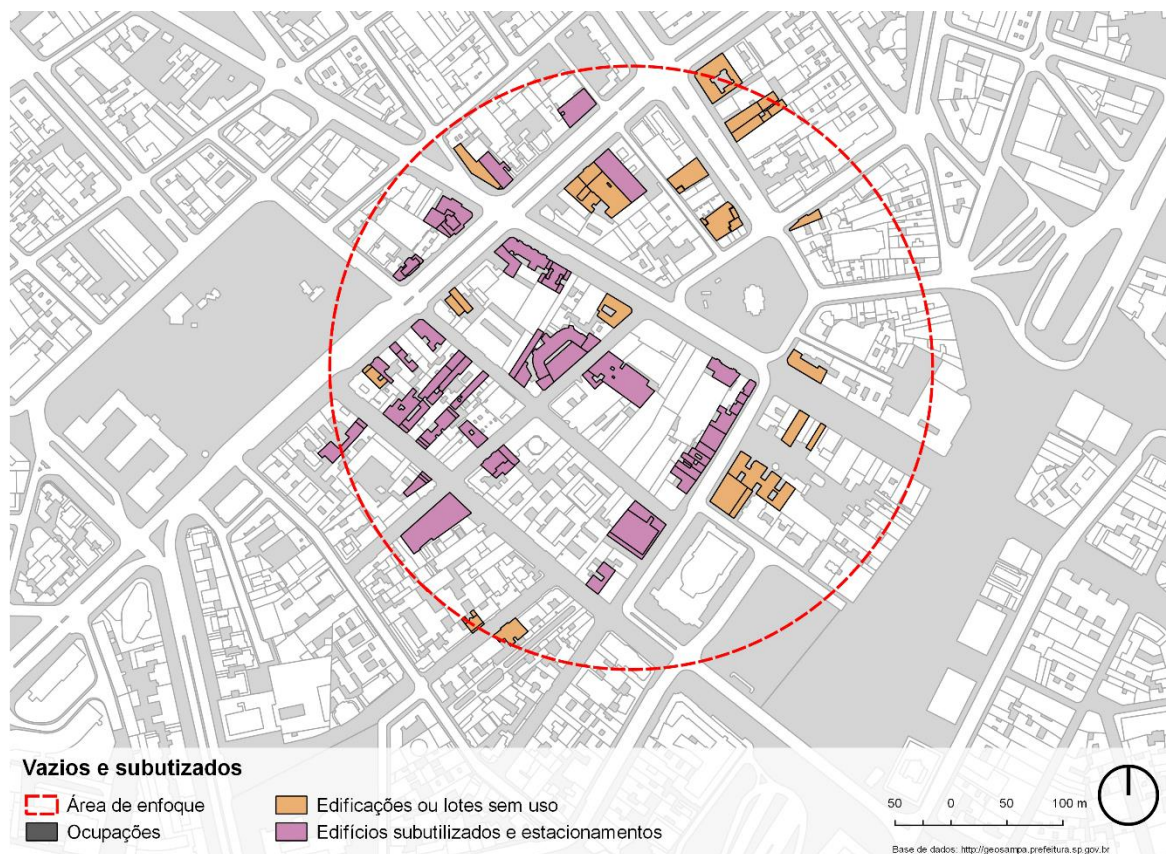


Figura 10: Levantamento realizado durante a pesquisa identificando vazios e subutilizados. Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

No levantamento de vazios e subutilizados foram usadas duas classificações, edifícios ou lotes sem uso e edifícios subutilizados e estacionamentos. Para os edifícios ou lotes sem uso o critério principal era se havia a presença de muros na fachada e portarias/térreo fechados, nos que se enquadram neste padrão apenas 3 são lotes vazios, os demais são edificações que se encontram nos mais variados estados de conservação. Para os edifícios subutilizados os critérios são mais complexos, se observou nos edifícios comerciais seu aspecto de conservação, a quantidade de placas de aluga-se, perguntas na portaria ou para atendentes e vendedores. A maioria dos edifícios considerados subutilizados só apresentam usos no pavimento térreo, alguns são lojas e lanchonetes outros estacionamentos, apenas dois dos categorizados são apenas estacionamentos (sem áreas construídas relevantes).

Através das derivações realizadas no território, se elaborou uma cartografia com base nas leituras das vias com base nas observações feitas (figura 11), que chamados de situações urbanas, segue as descrições das situações identificadas:

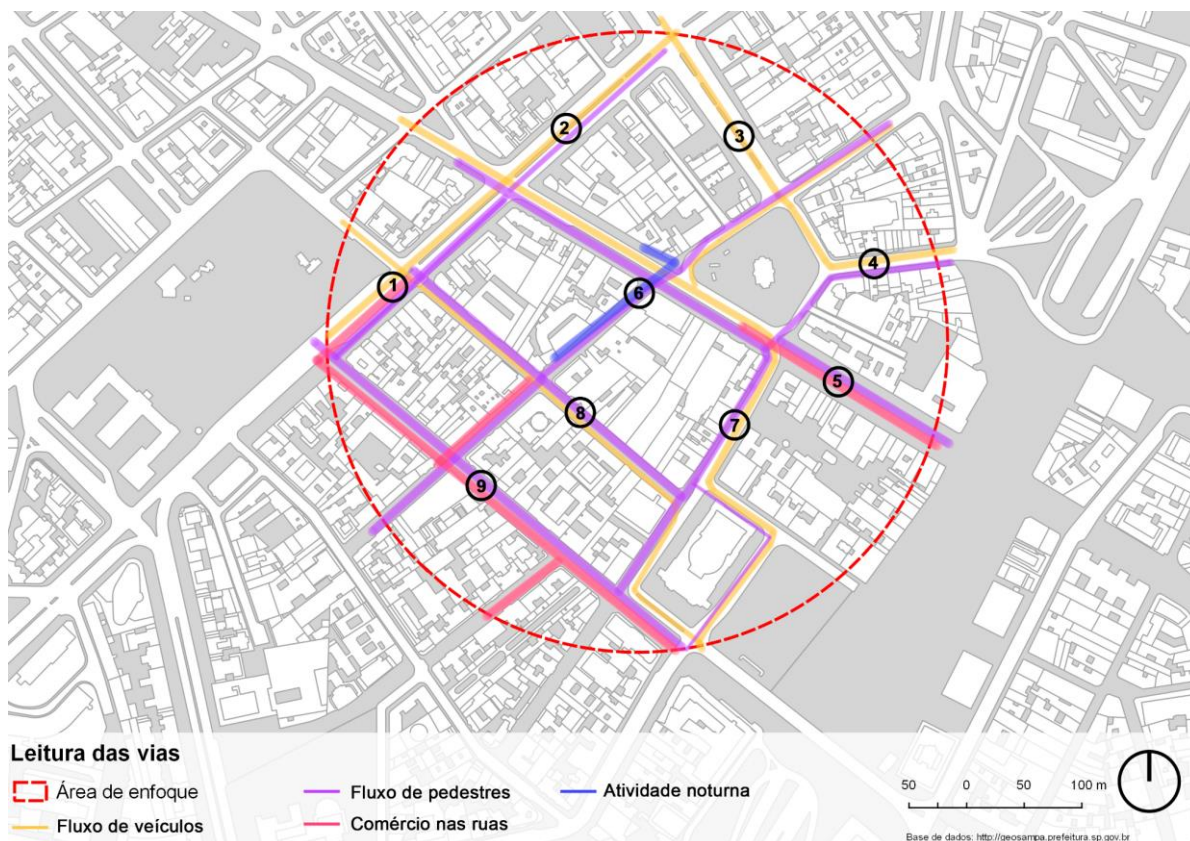


Figura 11: Situações urbanas identificadas ao longo da pesquisa. Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Situação 1 - Av. Ipiranga, próxima a estação de metrô República - a via apresenta intenso fluxo de veículos e também de pedestres, o que impulsiona o comércio ambulante que se caracteriza por barracas de artesanato e muitas barracas que vendem acessórios da moda e roupas típicos dos imigrantes da região, os vendedores são os próprios imigrantes.

Situação 2 – Av. Ipiranga, cruzamento com a Av. Rio Branco - continua com um fluxo intenso de veículos, porém pouco fluxo de pedestre, o que explica a quantidade de comércios fechados e até os edifícios vazios nesta parte da importante avenida.

Situação 3 - Av. Rio Branco - apresenta situação semelhante, porém tem um fluxo de pedestres maior, devido ao corredor de ônibus.

Situação 4 - R. Capitão Salomão - a via é caracterizada pelo intenso fluxo de pedestres e veículos, o fluxo de pedestres se justifica pela ligação com a Praça dos Correios, ponto final de muitas linhas de ônibus, e o fluxo de veículos pela ligação com a Av. Prestes Maia, eixo de circulação importante na cidade de São Paulo. As edificações têm aspecto bastante deteriorados, lojas no térreo e hotéis em cima, a via também é identificada como ponto de prostituição.

Situação 5 - Av. São João, próximo ao Vale do Anhangabaú -, é uma rua apenas para pedestres, com bastante fluxo e a presença de vendedores de artesanato. Também existe muitos moradores de rua alojados em suas barracas e o comércio do térreo são lanchonetes e sebos.

Situação 6 - R. José de Barros - apresenta características ímpares. Apesar de ser uma rua de pedestres, não apresenta muita movimentação, assim, os usos se diferem, há um cinema adulto de porte considerável, um sex shop e uma das entradas da conhecida “galeria do reggae” com a presença de muitos imigrantes, é comum encontrar pessoas usando drogas nesta rua. No fim da tarde é comum a concentração de jovens nesta rua, às quintas-feiras acontece o “encontro de pixadores”, outros dias ocorrem a “feira do rolo” também no período do entardecer/noite, um dos prédios vazios é utilizado apenas como balada, é comum uma viatura estar estacionada na esquina. O estado de conservação das edificações é ruim.

Situação 7 - R. Conselheiro Crispiniano - tem como uso principal dos térreos estacionamentos, fluxo moderado de pessoas e considerável de veículos. Há sempre uma viatura da Guarda Civil Metropolitana (GCM) em frente ao antigo Cine Marrocos, que já foi ocupado.

Situação 8 - R. Vinte e Quatro de Maio - tem fluxo intenso de pessoas devido as grandes lojas de roupa varejistas, a galeria do rock e recentemente ao Sesc 24 de Maio e fluxo de veículos controlado.

Situação 9 - R. Barão de Itapetininga - é uma via apenas para pedestres, com comércio intenso e conta com a presença de muitas agências de emprego, além de pessoas na rua com anúncios de vagas e recolhendo currículos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: OLHARES A PARTIR DE DENTRO E PERSPECTIVAS DA PESQUISA

Há quase 30 anos os movimentos sociais por moradia atuam no centro de São Paulo, denunciando o abandono dos edifícios enquanto inúmeras famílias estão desabrigadas. Essa população compõe o centro através de suas ações, fazendo parte da experiência urbana que essa região da cidade proporciona.

Os resultados da pesquisa, ainda que parciais, permitem sinalizar elementos significativos. Os dados levantados sobre as ocupações inseridas no recorte territorial mostram que essas famílias estão estabelecidas e possuem vínculos com o território. Todas os edifícios que se encontram ocupados no momento no recorte delimitado, um total de cinco ocupações, foram ocupados pelo movimento no período de 2010 a 2012. O contato com os moradores dessas ocupações revela que grande parte já morava no centro, em cortiços e em outras ocupações.

Apesar das moradias não possuírem plenas condições de habitabilidade e espaços reduzidos, o que é de maior interesse é a vida coletiva que elas proporcionam. As mães se ajudam a cuidar dos filhos, se prestam serviços entre moradores e os vizinhos se emprestam utensílios. Além disso, a coordenação dessa vida coletiva é primordial, na ocupação existe um acordo de convivência que estabelece as normas e sempre existe um personagem que é responsável pela gerência desse espaço, a liderança, que normalmente é uma figura feminina forte.

O acordo de convivência envolve horários para de receber visitas, período de funcionamento da portaria, dias para limpeza e manutenção do edifício, entre outros termos dependendo do perfil de cada ocupação. Pelo espírito de obrigação compartilhada que rege as ocupações, todos esses termos são estabelecidos e acordados coletivamente em assembleias gerais internas.

Essas observações foram possíveis através da aproximação com os moradores, que sempre são receptivos e cooperativos, abrindo a porta de suas casas e dispostos a conversar, o que foi um ponto de partida para o olhar de perto e de dentro. Nessas entradas se torna visível as relações de amizade, de trabalho e a convivência cotidiana interna a ocupação e também revela que esta vida compartilhada, que se expressa territorialmente, é capaz de ultrapassar uma única ocupação e a região central.

Os moradores de diferentes ocupações se conhecem, têm laços de amizade e frequentam os mesmos espaços. Os pontos principais de convergência entre esses atores são as reuniões gerais articuladas pela FLM (Frente de Luta por Moradia) e as atividades de confraternização promovidas e organizadas pela mesma entidade.

As relações entre os membros dos movimentos sociais de moradia, que habitam o centro e as demais regiões da cidade de São Paulo, são estreitas e realçam os aspectos das horizontalidades ditas por Milton Santos (2012).

Para esmiuçar esses detalhes sobre as redes que se formam entre indivíduos e ocupações, e descobrir detalhes sobre a relação das pessoas com o território que as envolvem, tornando claro os elementos de fixação no território, faz parte da metodologia a coleta de histórias de atores que têm destaque dentro desse contexto. Por meio da coleta de história pretende-se poder traçar a trajetória desses atores no território e os vínculos que possuem com a cidade.

REFERÊNCIAS

ANTIGO cinema vira ocupação no centro de São Paulo. São Paulo: Carta Capital, 2015. (3 min.), video de reportagem, son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NQRt1PF0cmE>>. Acesso em: 09 out. 2018.

AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

BLOCH, Janaina Aliano. *O direito à moradia. Um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo*. 2007 Dissertação (Mestrado em Sociologia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, P. [et.al]. *A Miséria do mundo*. 9a Ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2012.

CARERI, Francesco. *Wallscapes- o caminhar como prática estética*. São Paulo: Edit. G. Gilli, 2013

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos, volume IV: estratégia, poder- saber*. 3a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

KATO, V.R.C.; VIANNA, N.T.; CRUZ, P. M. Intervenções artísticas efêmeras e vida cotidiana: as experiências do Coletivo PI na cidade de São Paulo, Brasil. In: MARQUES, Carlos de Almeida (Org) *Planeamento cultural urbano em áreas metropolitanas – revitalização dos espaços pós-suburbanos*. Casal de Cambra, Portugal: Caleidoscópio, Edições e Artes Gráficas S/A, 2015.

MURARO, Cauê. Edifício Wilton Paes de Almeida: prédio que desabou em SP foi projetado na década de 1960 e era patrimônio histórico: Tombado em 1992, era considerado 'bem de interesse histórico, arquitetônico e paisagístico'. Marco da arquitetura modernista, pertencia desde 2002 à União, mas estava ocupado irregularmente.. G1. São Paulo. 01 maio 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/edificio-wilton-paes-de-almeida-predio-que-desabou-em-sp-foi-projetado-na-decada-de-1960-e-era-patrimonio-historico.ghtml>>. Acesso em: 08 maio 2018.

NAKANO, Kazuo; CAMPOS, Malta Candido; ROLNIK, Raquel. *Dinâmica dos subespaços da área central de São Paulo*. In: COMIN, A. A.; SOMEKH, N. (Coords.) *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: PMSP/Cebrap/CEM, 2004.

NASCIMENTO, Douglas. *Hotel Central*. 2015. Disponível em: <<http://www.saopauloantiga.com.br/hotel-central/>>. Acesso em: 09 out. 2018.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. *Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo*. Dissertação apresentada à FFLCH-USP, 2009.

OBSERVATÓRIO DE REMOÇÕES (São Paulo). *Mapeamento participativo*. [201?]. Disponível em: <<https://www.observatorioderemoco.es.fau.usp.br/mapa-denuncias/>>. Acesso em: 08 maio 2018

Ocupação São João - MSTRU. *"História da Ocupação São João 588"*. 25 abr. 2018. Post do Facebook. Disponível em: <<https://www.facebook.com/490900594319238/photos/a.503493093059988/1699854063423879/?type=3&theater>>. Acesso em: 09 out. 2018.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana – enigmas e revelações*. São Paulo, Cortez Edit, 2001.

PEREIRA, Olivia de Campos Maia. *Lutas urbanas por moradia. O centro de São Paulo*. 2012. 122 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2012.

SALDAÑA, Paulo. Incêndio em prédio de SP teve gritos, correria e até portão de saída trancado: Moradores e vizinhos relatam drama até desmoronamento de edifício em chamas. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, maio 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/incendio-em-predio-de-sp-teve-gritos-correria-e-ate-portao-de-saida-trancado.shtml>>. Acesso em: 08 maio 2018

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

TELLES, V. S.; HIRATA, D. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. In: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo (orgs). *São Paulo: novos percursos e atores – sociedade, cultura e política*. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011.

VILLAÇA, Flávio. *A produção e o uso da imagem do centro da cidade: o caso de São Paulo*. 1993. Texto de estudo. Não publicado. Disponível em: <<http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/sinop93.pdf>>. Acesso em: 11 mar 2017.